
POPULAÇÃO E ALIMENTOS. O PRESENTE
E O FUTURO PRÓXIMO

José E. Mendes Ferrão

POPULAÇÃO E ALIMENTOS. O PRESENTE E O FUTURO PRÓXIMO (*)

1. INTRODUÇÃO

Em meados do ano passado os meios de comunicação social difundiram a notícia de que, em qualquer parte do Globo, tinha nascido o cidadão cinco mil milhões.

Para muitos esta informação não passou de mais um dado estatístico, sem dúvida importante. Ela foi a confirmação de previsões há muito tempo feitas e, por isso, por demais conhecidas.

Não faltou, porém, quem aproveitasse esta oportunidade para tecer considerações acerca do futuro sombrio da humanidade e alguns parece terem desenterrado conceitos técnica e cientificamente ultrapassados para virem novamente invocar os perigos da extinção da humanidade pelo desequilíbrio entre os alimentos e a população que cresceriam a taxas diferentes, menores os primeiros e maiores a segunda.

Deve ter-se bem presente, na análise desta questão, que o problema acima enunciado é muito mais vasto e complexo que uma simples regra aritmética entre as disponibilidades alimentares e a população e que se a fome que aflige milhões de seres humanos é uma das vertentes mais exaltadas, está muito longe de ser única.

Sobre o futuro da humanidade no que se refere à disponibilidade de alimentos pode deixar-se uma palavra de esperança bem fundamentada mas ela tem de ser acompanhada de bem sérias reservas. Referimo-nos especialmente à necessidade de compatibilizar e harmonizar o aumento, tão necessário nalguns locais, da produção agrícola com a protecção dos recursos naturais e de haver uma solidariedade efectiva entre as nações nesta matéria.

Como disse o Papa João Paulo II na sua alocução aos participantes na 24.ª Conferência da FAO realizada em Roma no passado mês de Novembro, «a produção de alimentos, a sua disponibilidade e distribuição são problemas que hoje ultrapassam as fronteiras dos países e até dos próprios continentes».

(*) Intervenção no Curso de Defesa Nacional, em Janeiro de 1988.

2. O PROBLEMA ALIMENTAR MUNDIAL

O problema alimentar mundial é vasto e complexo nas suas múltiplas vertentes.

É evidente que no tempo e espaço disponíveis não poderemos abordar senão alguns dos seus aspectos e, mesmo assim, de uma forma algo sintética. Os interessados por esta matéria poderão conhecer a nossa posição sobre outros pontos deste mesmo tema se consultarem outros trabalhos já publicados (2, 4, 5, 6, 7, 8, 9).

Geralmente nos grandes meios liga-se, de uma forma muito directa, a falta de alimentos à fome e a isto se resumirá o problema alimentar mundial.

Este conceito é muito restritivo e perigoso porquanto só em certos casos, de incidência localizada, ele corresponde à realidade. Estão fora desta análise problemas de outro tipo relacionados com os alimentos e alimentação que se vivem noutros países ou regiões, nomeadamente naqueles que têm excedentes e cujas comercialização e conservação são difíceis, problemáticas e custam somas fabulosas.

Três ideias aparecem mais vulgarmente referidas quando se fala no problema alimentar mundial e, sobretudo, quando indentificado com a fome.

Primeira, o aumento da população mundial verifica-se a uma taxa exagerada que alguns consideram preocupante.

Segunda, tem-se como muito difícil conseguir-se a produção de alimentos suficientes para uma população em crescimento.

Terceira, a contradição, considerada como o maior escândalo do nosso século, entre a existência simultânea, no mundo de fome por falta de alimentos e de excedentes alimentares, por vezes muito volumosos.

De uma forma condensada iremos abordar cada um destes pontos.

2.1 O AUMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Não havendo necessidade de recuar mais no tempo, pode dizer-se que a população mundial atingia pelo princípio do século cerca de mil milhões de pessoas.

Em 1980 a população mundial situou-se em 4,4 mil milhões de habitantes, isto é, em 80 anos aumentou 4,4 vezes. Como de há muito estava previsto, a população atingiu no ano passado 5 mil milhões de habitantes e no fim do século haverá 6,6 milhões de seres humanos, se as previsões se confirmarem.

Sendo assim, fácil é concluir-se que neste século a população crescerá 6,6 vezes, o que representará um acréscimo médio anual de 56 milhões de pessoas, isto é, 3 indivíduos a mais em cada minuto.

Se analisarmos, segundo o mesmo critério, o crescimento médio da população nos últimos 20 anos deste século, e porque a base é maior, então o valor anual médio situar-se-á em cerca de 110 milhões, ou seja, 6 pessoas a mais por minuto.

Procurando dar informação àqueles que muito naturalmente se preocupam com o futuro tendo em conta o ritmo de crescimento da população a que se faz referência, pode dizer-se que no próximo século não só se verificará um notável abrandamento do crescimento como também, de acordo com a Divisão da População das Nações Unidas, a população mundial atingirá por volta de 2092 os 10 mil milhões de habitantes e verificar-se-á, por essa época, uma tendência para a estacionaridade.

É isso que se pretende esquematicamente mostrar no quadro 1.

QUADRO 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Taxa</i>
7000 a. C.	± 10 milhões	
1900	1 000 milhões	
1960	3 000 milhões	
1980	4 400 milhões	6,6
1987	5 000 milhões	
2000	6 600 milhões	
2095	10 000 milhões	1,6

Mas é necessário ter em conta, como complemento importante desta análise, que a população mundial está muito longe de ter uma distribuição e crescimento uniformes.

Conhecem-se zonas do Globo onde existem altas densidades demográficas e elevadas pressões demográficas e outras que são autênticos desertos

humanos em algumas das quais existem ainda vastas extensões de terrenos cuja exploração está muito abaixo dos limites das suas capacidades.

Quanto às disparidades de crescimento da população nos diversos continentes achou-se conveniente elaborar o quadro 2.

QUADRO 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL (1965 - 1985)

	1965	1970	1975	1980	1986
Mundo	100,00	110,79	122,25	133,43	147,41
África	100,00	113,97	130,58	151,46	180,60
Am. Norte e Cent.	100,00	108,36	117,36	126,71	138,04
Am. do Sul	100,00	113,08	127,10	142,38	162,32
Oceânia	100,00	110,31	123,43	130,27	142,45
Ásia	100,00	112,93	126,46	138,81	153,82
Europa	100,00	103,24	106,52	108,86	111,02
US América	100,00	105,53	111,15	117,21	123,97
Japão	100,00	105,52	112,79	118,10	125,70
Grã-Bretanha	100,00	102,38	103,47	103,67	104,27
RD Alemanha	100,00	100,00	99,03	98,40	97,96
Camarões	100,00	111,25	125,09	142,22	167,47
C. do Marfim	100,00	123,04	149,94	181,08	225,02
Ghana	100,00	110,63	125,87	148,47	180,48
Quênia	100,00	120,06	146,78	178,29	228,45
Libéria	100,00	114,61	132,83	157,09	190,00
Moçambique	100,00	112,07	133,81	166,91	197,47
Nigéria	100,00	117,55	139,03	165,49	202,52
Tanzânia	100,00	116,63	137,23	162,84	201,40

FONTE: Anuários Estatísticos da FAO.

A análise dos valores nele incluídos permite verificar que a população mundial aumentou mais de 50 por cento nos últimos 22 anos e que este crescimento está muito longe de ser uniforme.

Com efeito, enquanto nos continentes em que se situa a maior parte dos países em desenvolvimento os crescimentos da população são elevados

e a população referida a 1965 duplicou ou duplicará nos próximos anos, com especial incidência no caso africano onde se verifica um aceleradíssimo crescimento da população, nos continentes onde se situa a maior parte dos países desenvolvidos o crescimento da população é muito mais lento. É evidente, dentro deste segundo contexto, a situação da Europa que nos últimos 22 anos viu a sua população aumentada de apenas cerca de 10 por cento.

Incluímos neste quadro, com carácter exemplificativo, a situação de alguns países desenvolvidos de diversas zonas do mundo e de alguns estados africanos cujos elevados índices de crescimento da população são bem conhecidos. Nos primeiros confirma-se o crescimento reduzido, nulo ou negativo, já referido. Nos segundos, é bem evidente a existência de taxas de crescimento muito elevadas e de tal forma que alguns já duplicaram a sua população nos últimos 20 anos em análise, outros estão quase a atingi-la, apesar das vicissitudes várias que alguns deles passaram ou estão a passar.

Se vier a confirmar-se, como se espera, que o crescimento da população se faça segundo aquelas tendências, então daqui a cerca de 50 anos o conjunto dos países em desenvolvimento reunirá três quartos a quatro quintos da população mundial.

Este grande espaço, motivo natural de grandes preocupações pelo seu atraso económico e técnico, pela instabilidade social e política, pelas fomes que afectam as populações que nele vivem, será, a nosso ver, o grande mercado de um amanhã não muito distante tendo em conta o elevado número de consumidores potenciais que encerra. Resta saber se atempadamente eles adquirirão o apropriado poder de compra.

Mas este grande espaço é também a sede de grandes áreas com enormes ou razoáveis potencialidades agrícolas onde não só será possível intensificar as culturas tradicionais como desenvolver, a preços competitivos, certas culturas em que hoje se baseiam as economias agrícolas de alguns países desenvolvidos.

E é ainda neste espaço que se encontra um conjunto notável de substâncias minerais tão necessárias ou mesmo indispensáveis a determinados tipos de actividade industrial.

Por exemplo, no continente africano situa-se 75 por cento da produção mundial de diamantes, 70 por cento de ouro, 50 por cento da de vanádio,

46 por cento da de platina, 36 por cento da de crómio, 30 por cento da de manganês, 20 por cento da de cobre e da de urânio, sem contar com o que falta descobrir ⁽⁸⁾.

Por todas estas razões, somadas a muitas outras, o mundo desenvolvido olha com muita atenção para esta grande área do Globo onde talvez se esteja já a jogar o bem-estar da humanidade do futuro.

2.2 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

É difícil fazer uma quantificação da produção de alimentos ao nível mundial devido a razões conhecidas, nomeadamente a sua diversidade e a imperfeição das estatísticas.

Pode no entanto afirmar-se, sem receio de contestação fundamentada, que a produção de alimentos tem vindo a crescer em todo o Mundo. Na década de 80 esse crescimento tem-se feito a uma taxa média de 2 por cento. Como diz o Dr. Saouma, «a produção de alimentos de base bate *record* sobre *record*» ⁽¹⁰⁾.

No quadro 3 apresentamos a evolução da produção nos últimos 35 anos de alguns produtos agrícolas mais representativos.

Em todos eles se verifica um crescimento acentuado, como o quadro indica, tanto nos produtos alimentares básicos como em outros. Note-se no entanto a retracção na produção de alguns cereais secundários cuja cultura se efectua normalmente nas áreas mais frias e temperadas.

Em consequência de crises alimentares que se verificaram em certos locais do Globo nos últimos anos, desenvolveu-se uma política de exclusividade ou prioridade às culturas alimentares nalguns países com maiores carências. O quadro 4 apresenta essa tendência, embora que de uma forma algo ténue.

A produção de alimentos tem crescido em todo o mundo e mesmo nos países em desenvolvimento ela aumenta mais do que a população. Porém esse crescimento não se tem feito de uma maneira uniforme. As diferenças de comportamento podem acompanhar-se no quadro 5 onde se inscrevem as posições dos continentes. Não pode ser esquecido que mesmo dentro de cada um deles, e sobretudo naqueles em que existem lado a lado países desenvolvidos e países em desenvolvimento, é possível encontrar profundas assimetrias.

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(1948 - 50 = 100)

<i>Produto</i>	1985
Trigo	315
Arroz	293
Cevada	343
Milho	384
Centeio	87
Aveia	84
Milhos e sorgo	210
Raízes e tubérculos	155
Batata	118
Mandioca	278
Batata doce	193
Soja	708
Feijão	210
Amendoim	217
Girassol	508
Oleaginosas	374
Laranjas	356
Cana sacarina	393
Café	278
Cacau	282
Carne	328

FONTE: Anuários Estatísticos da FAO.

QUADRO 4

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
E DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

	1975	1986
Prod. agrícola	89,2	115,2
Prod. alimentos	89,1	115,9

FONTE: Anuários da Produção FAO.

QUADRO 5

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(1979 - 81 = 100)

	1974	1985	1986
Mundo	86,2	113,2	115,8
África	90,1	109,9	115,5
Am. Norte e Central	81,3	108,1	106,4
América do Sul	81,3	113,9	114,2
Ásia	81,3	121,0	125,8
Europa	92,0	106,5	109,0
Oceânia	84,2	107,0	107,2

FONTE: Anuários da Produção FAO.

Mas, em termos de aprovisionamento alimentar, interessa muito ter em conta a relação entre os alimentos disponíveis e a população a alimentar, o que pode ser avaliado, em termos de produção «per capita», conforme o quadro 6 mostra. Conclui-se assim que, a produção global de alimentos, tendo aumentado em todos os continentes, a produção «per capita» também é crescente no período entre 1974 e 1986, salvo em África. Esta última situação desfavorável deve-se a um aumento explosivo da população verificado neste continente.

Na África a produção de cereais por habitante atingiu em 1967 o nível de subsistência que é de 180 kg por ano. Na década de 60 a produção de alimentos aumentou, em média, 2,5 por cento por ano, sensivelmente o mesmo que o crescimento demográfico. Na década de 60 este aumento passou para 2,8 por cento mas a expansão da produção caiu para 1,7 por cento.

Com base nestas informações e em âmbito muito geral, poderá afirmar-se que os africanos estão hoje, quanto a este aspecto, em situação muito mais difícil do que aquela em que viviam há anos passados.

Como se prevê que a população em África vai aumentar a uma taxa média de 3,3 por cento até ao fim do século, torna-se necessário que a produção agrícola duplique para acompanhar o crescimento demográfico calculado para os próximos 15 anos.

QUADRO 6

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS «PER CAPITA»
(1979 - 81 = 100)

	1974	1986	D
Mundo	95,92	104,89	+ 8,97
África	107,35	96,88	- 9,47
Am. Norte e Central	89,15	97,66	+ 8,73
América do Sul	93,30	100,85	+ 11,1
Ásia	91,30	113,53	+ 22,23
Europa	94,46	106,95	+ 12,49
Oceânia	92,42	98,98	+ 0,50

2.3 O CASO DOS CEREAIS

Como é do conhecimento geral, os cereais constituem o grupo mais importante dos chamados «produtos básicos». Eles desempenham um lugar marcante na problemática alimentar não só pelas quantidades elevadas com que entram nas dietas e nas rações mas também porque fazem parte dos «produtos secos» de conservação relativamente fácil. É por isso que eles são decisivos na constituição de reservas de alimentos que não só asseguram o futuro da humanidade como interferem na regularização dos preços dos alimentos.

QUADRO 7

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CEREAIS
(Milhões de toneladas)

	1983	1984	1985 (Est.)	1986 (Prev.)	1986
Trigo	495	525	510	514	536
C. secundários	697	812	865	836	855
Arroz	—	470	460	475	476
Total	1 192	1 807	1 841	1 825	1 867

FONTE: FAO.

No quadro 7 apresenta-se a evolução da produção de cereais nos últimos anos para o caso do trigo, dos cereais secundários e do arroz. Como pode ver-se, a produção calculada para 1986 veio ainda a superar as provisões no caso do trigo e dos cereais secundários. Em cerca de 4 anos a produção de cereais aumentou aproximadamente 633 milhões de toneladas. A produção crescente de cereais manifestou-se de uma forma mais clara a partir de 1980 e não se prevê, salvo se forem colocadas em prática medidas correctivas apropriadas como, por exemplo, o aumento ainda maior das áreas retiradas à sua cultura, que estas altas produções se contenham ou diminuam. Vejam-se, por exemplo, as negociações em curso nos países da CEE visando subsidiar os agricultores que retiram da cultura áreas até aqui afectas aos cereais.

Perante valores de produção tão elevados, ocorrerá naturalmente perguntar se a produção de cereais é ou não suficiente para satisfazer a procura. A pergunta é legítima tendo em conta que no mundo actual muita gente passa fome por carência de alimentos.

Supomos que se pode responder a esta pergunta com os valores contidos no quadro 8 que se referem aos «stocks» de cereais. Estes, como se vê, continuam em aumento pelo que há efectivamente excedentes destes produtos no mercado internacional, mesmo que aqueles valores incluam, como incluem, os «stocks» de segurança e a Reserva Alimentar Internacional.

QUADRO 8

«STOCKS» DE CEREAIS

(Milhões de toneladas)

	1983	1984	1985	1986 (Est.)	1987 (Prev.)	1987
Trigo	120	131	145	150	149	146
C. secundários	160	90	123	194	229	218
Arroz	42	45	53	51	49	32
Total	322	266	321	395	427	396

FONTE: FAO.

Para o trigo, os «stocks» de referência representavam em 1987 o duplo das trocas internacionais, para os cereais secundários, com dominância para o milho, pelo menos o triplo, e para a manteiga e açúcar cerca de vez e meia (16). Este facto é mais de salientar porquanto em 1985 os «stocks» de cereais, apesar de já volumosos, deveriam representar apenas 21 por cento do consumo anual.

Se a situação do mercado é aquela que se referiu, é quase inevitável que os preços se encontrem numa situação de declínio como se mostra no quadro 9.

QUADRO 9

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS CEREAIS (EUA)

(Dol/ton)

	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1985 (*)	1986 (**)
Trigo	217	193	198	175	130	104
Milho	188	151	147	115	97	68
Sorgo	174	145	140	—	89	69

(**) — Setembro.

(*) — Outubro.

FONTE: FAO.

Em face do que resumidamente se expõe, pode afirmar-se que os cereais seriam mais que suficientes ao nível mundial para alimentar digna e racionalmente toda a população existente.

No que se refere aos alimentos em geral parece-nos interessante deixar aqui expressa a opinião de Gilbert Bladone que calculou serem os alimentos actualmente existntes ao nível mundial suficientes para alimentar dignamente 37 mil milhões de pessoas e que se fosse possível seguir uma política alimentar correcta com um maior consumo de vegetais, então aquele número subiria para 96 mil milhões, isto é, os alimentos que já hoje existem seriam suficientes para alimentar cerca de 20 vezes a população actual e cerca de 9 vezes aquela que se prevê existir daqui a um século.

Assim haja uma colaboração internacional porque os problemas alimentares «ultrapassam hoje as fronteiras dos países ou das regiões».

É importante referir aqui uma parte das conclusões do Conselho Mundial da Alimentação reunido em Beijing (China) em 1987 e onde se manifestou uma preocupação muito marcada de garantir a alimentação da humanidade no presente e no futuro.

Sendo natural nestas condições uma certa segurança nas afirmações, memo assim, o Conselho concluiu que «os «stocks» alimentares actualmente disponíveis são suficientes para alimentar convenientemente toda a população da Terra inteira e mais ainda».

No entanto, com a prudência e realismo que se deve ter em matérias que tocam muito com a vida dos seres humanos, o mesmo Conselho Mundial de Alimentação conclui também que «a fome e a malnutrição persistem em todo o mundo e assiste-se depois do início da década de oitenta a um acréscimo rápido do número de pessoas com fome. Esta extensão da fome resulta em alguns casos de uma penúria de alimentos mas principalmente da impossibilidade de ter acesso a eles».

Estas conclusões do Conselho Mundial da alimentação são muito importantes para uma melhor compreensão do problema alimentar mundial.

Muito embora elas não constituam grande novidade é de salientar que um organismo com o prestígio deste Conselho publicamente o afirma e defende.

2.4 A FOME E A SUA QUANTIFICAÇÃO

Se a inanição é fácil de identificar, a fome envolve um conceito muito mais vago e é mais vago ainda o da malnutrição (1º).

As organizações internacionais, porque não utilizam conceitos idênticos, não apresentam números coincidentes de famintos, de subnutridos e de malnutridos.

Por exemplo, o Banco Mundial calcula em 730 milhões o número de pessoas que estão «privadas cronicamente dos alimentos necessários para levar uma vida sã e activa». A mesma instituição informa que o número de pessoas que se encontravam próximo do limite da sobrevivência era de 316 milhões em 1970, 320 milhões em 1980 e 384 milhões em 1985, isto é o

número de pessoas nestas condições tem vindo a aumentar de uma forma bem evidente.

A FAO, baseando-se nos resultados do V Inquérito Mundial da Alimentação, calcula entre 350 e 510 milhões as pessoas gravemente subalimentadas. A distância entre estes dois números bem mostra a dificuldade de cálculo a que acima se faz referência.

Que a análise das estatísticas demonstra que a percentagem de pessoas com fome tem vindo a diminuir ao nível mundial, isso é verdade. No entanto o número global de pessoas com fome tem subido apreciavelmente nos últimos anos. E essa outra realidade não pode nem deve se ignorada.

Com efeito, entre 1970 e 1980 o número de pessoas com fome aumentou, em média, 1,5 milhões por ano, e a partir de 1980 aquele valor passou para 8 milhões o que se atribui muito menos à falta de alimentos que, como se viu, não existiu ao nível mundial, e muito mais a dificuldades económicas que atravessam muitos países em desenvolvimento, jugulados por uma dívida externa enorme e sujeitos a uma inflação galopante (10).

Já a malnutrição e a subnutrição, sob vários aspectos, atinge um maior volume da população. Em trabalhos anteriores já fornecemos alguns números exemplificativos destes casos que mostram bem a gravidade do problema (9).

De acordo com o quadro 10 que se anexa, verifica-se que dos 5 mil milhões de pessoas que actualmente existem no Mundo só cerca de 25 por cento, isto é, aproximadamente 1,250 mil milhões de habitantes, se podem considerar bem alimentados ou suficientemente alimentados.

QUADRO 10

SITUAÇÃO ALIMENTAR MUNDIAL
Maio 1987

	%	População
Superalimentada	15	750 milhões
Bem alimentada	10	500 milhões
Suficientemente alimentado	15	750 milhões
Mal alimentada	50	2 500 milhões
Sem quase nada	10	500 milhões
Total	100	5 000 milhões

2.5 A FOME E OS EXCEDENTES

Provado como está existirem no mundo em que vivemos, por um lado situações de penúria alimentar e, por outro, apreciáveis excedentes de alimentos, pode perguntar-se porque não se faz funcionar um sistema de vasos comunicantes que permita levar os alimentos dos locais onde são excedentários e cuja presença perturba a economia, para outras áreas onde eles tanta falta fazem. Se o sistema fosse seguido resolver-se-ia uma das situações de fome que mais preocupam a humanidade no momento presente.

O tempo disponível não nos permite desenvolver, como merecia, este assunto que, aliás, já tratámos, também de forma abreviada, noutras oportunidades ⁽⁸⁾, ⁽⁹⁾, mas tem-se como ponto assente que não é por este caminho que se resolverá em definitivo um assunto que, no fundo, tem causas estruturais, económicas e outras.

Mas na análise deste problema não pode pensar-se apenas nos alimentos que se enviariam — e apesar de tudo se enviam em quantidades apreciáveis — mas também na situação estrutural dos países para onde são dirigidas e onde tantas vezes faltam ou não funcionam estruturas de descarga, armazenamento e de distribuição dos produtos. Todos conhecem, aliás, os esforços que têm sido feitos para resolver os casos de fome por falta de alimentos porque, perante vidas humanas que estão em perigo, nunca ou quase nunca faltaram países ou instituições que os fornecessem.

Não está no nosso programa escarpelizar as ajudas em alimentos e outros produtos que os países desenvolvidos têm feito chegar aos países em desenvolvimento e quantas vezes ajudado a distribuir no interior destes, números que se supõe merecerem alguma meditação.

No quadro 11 reúnem-se os valores, expressos em dólares a preços de 1984, das ajudas que têm sido dadas nas situações de catástrofe ou para apoiar esquemas de desenvolvimento só por um número limitado de países.

Como se pode verificar, a ajuda alimentar tem-se mantido em valores altos, e melhor ainda se verificará essa tendência se tomarmos em conta a desvalorização do dólar nos últimos anos.

Para se ter uma ideia mais correcta dessas ajudas mostra-se no quadro 12 como evoluiu a ajuda em «cereais» e no quadro 13 a ajuda de produtos «não cereais».

QUADRO 11

*AJUDA ALIMENTAR A PREÇOS CONSTANTES
DE 1984 DOS PAÍSES DA OCDE*

(Em milhões de dólares)

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>
1976	2 542
1977	2 482
1978	2 274
1979	2 304
1980	2 422
1981	2 801
1982	2 416
1983	2 450
1984	2 968
1985	3 013

QUADRO 12

AJUDA ALIMENTAR EM CEREAIS

<i>Ano *</i>	<i>10³ ton.</i>
1977/78	9 216
1978/79	9 500
1979/80	8 887
1980/81	8 942
1981/82	9 140
1982/83	9 200
1983/84	9 831
1984/85	12 463
1985/86	10 292
1986/87	10 982

* 1/7 a 30/6.

QUADRO 13

AJUDA ALIMENTAR EM «NÃO CEREAIS»

<i>Ano</i>	10 ³ ton.
1977	529
1978	628
1979	549
1980	583
1981	757
1982	703
1983	746
1984	987
1985	1 022
1986	908

No quadro 14 apresenta-se a lista dos países que em 1986 mais contribuíram para este tipo de ajuda alimentar e no quadro 15 indicam-se os comprometimentos mínimos assumidos pelo países da CEE para o ano de 1986.

2.6 *ALGUNS DADOS PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA*

As situações pontuais de fome por carência de alimentos são preocupantes e as que mais chamam a atenção dos grandes meios e da opinião pública. Não sei, porém, se em termos globais elas serão as mais graves, as mais devastadoras e as mais difíceis de solucionar.

Para as carências do tipo das indicadas é possível, com uma certa facilidade, sensibilizar a comunidade internacional e, sempre que as condições locais o permitam, a situação ou se resolve ou se consegue atenuar.

Para tornar esta acção mais rápida e eficaz, de há muito que a comunidade internacional vem constituindo «reservas alimentares de urgência»

QUADRO 14

EXPEDIÇÃO DE CEREAIS A TÍTULO DE AJUDA ALIMENTAR

<i>Países</i>	10 ³ ton.
Argentina	35
Austrália	400
Austria	20
Canadá	900
CEE	1 600
Finlândia	20
Indonésia	50
Japão	300
Noruega	30
Suécia	80
Suíça	27
USA	6 500
Compras	30
Outros	200

nas áreas onde as crises alimentares são mais frequentes ou mais prováveis, fazendo deslocar atempadamente para essas zonas os excedentes de produtos que antigamente eram preferencialmente armazenados nos países grandes produtores e tornando-os assim mais rapidamente disponíveis numa situação de crise.

A constituição dessas «reservas alimentares de urgência» próximo das áreas previstas de fomes por falta de alimentos e o Sistema de Alerta Rápido constituem, sem qualquer dúvida, uma contribuição muito positiva para a resolução dos problemas da fome ou para a sua atenuação.

Não podemos, no entanto, perder de vista que a fome não é apenas o resultado de falta absoluta de alimentos, como bem afirma o Conselho Mundial de Alimentação na sua sessão de Junho de 1987: «a pobreza está no coração do problema da fome».

Os casos de fome são mais frequentes e perigosos, porque talvez menos sentidos por aqueles que a não sentem, nos locais em que os alimentos

existem em quantidades mais que suficientes e nos quais os seres humanos poderiam ter uma alimentação correcta, mas falta-lhes porém o poder de compra necessário para os adquirir. E a fome provocada por situações deste tipo é, sem dúvida, de extensão muito maior ao nível mundial. Encontra-se em todos os países e assume globalmente a forma duma injustiça mais evidente porque torna os homens idênticos a Tântalo ao sofrerem a fome numa sociedade de suficiêcia, de fartura ou até de desperdício.

De acordo com inquéritos internacionais dignos de maior confiança e a que já nos referimos noutra local, cerca de 70 por cento dos africanos ao Sul do Sara, 66 por cento dos indianos, 42 por cento dos mexicanos não possuem poder de compra para adquirir os alimentos que necessitam, mesmo que eles estejam presentes nos locais em que vivem (4).

QUADRO 15

DESDOBRAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DA CEE (MIN. 1986)

<i>Países</i>	<i>ton.</i>
Bélgica	41 500
Dinamarca	15 600
R. F. Alemanha	193 500
Grécia	10 000
Espanha	20 000
França	200 000
Irlanda	4 000
Itália	95 400
Luxemburgo	1 400
P. Baixos	50 200
Portugal	—
Reino Unido	110 700

E para se ter bem consciêcia de que o flagelo estende os seus tentáculos a todo o Mundo, incluindo os países ricos, basta pensar que também se encontram nestas condições cerca de 15 por cento dos italianos, 14 por cento dos japoneses e 10 por cento dos norte-americanos, de acordo com os resultados do mesmo inquérito. Ora não consta que nestes últimos países

exista falta de alimentos que o público tenha ao seu dispor e também se conhecem muitas outras situações nas quais quem tem dinheiro e, osbretudo quem tem divisas, sempre encontra uma solução apropriada para o seu regular, e às vezes luxuoso, aprovisionamento de alimentos mesmo que eles sejam escassos no mercado.

A fome por falta de poder de compra a que se faz referência tem muito a ver com problemas de desenvolvimento. Como refere o Relatório da última reunião do Conselho Mundial da Alimentação «a fome é essencialmente um problema económico».

É evidente que num estudo global sobre a fome nunca se pode esquecer a situação dos famintos dos países ricos ou até excedentários de alimentos. Porém, a nossa preocupação neste momento vai mais para os países em desenvolvimento onde aqueles que têm fome são em número consideravelmente superior porque uns não têm nada que comer, outros não conseguem comprar os alimentos e uns e outros estão inseridos em economias com baixo poder de compra, com estruturas frágeis, com uma grande dívida exterior, com uma inflação galopante, com um atraso técnico e tecnológico bem evidentes.

No conjunto dos países que atravessam dificuldades enormes em comprar no exterior os alimentos que ainda não produzem, é indispensável e urgente aumentar a sua produção agrícola. Tem-se como ponto assente que esse será o processo mais consistente de associar a garantia de uma alimentação condigna com um desenvolvimento apropriado. Por exemplo, o consumo maciço de trigo no Peru produzido noutras regiões geográficas tornou inaproveitáveis grandes áreas da zona montanhosa dos Andes, e situações idênticas se poderiam referir para outros casos⁽¹²⁾.

Mas esse aumento da produção agrícola não é fácil de conseguir-se. Como se sabe, na maior parte desses países ainda se pratica basicamente a agricultura itinerante, isto é, explora-se o terreno enquanto o fundo de fertilidade natural se não esgota e, quando tal fase foi atingida, abandona-se e procura-se outro onde se precede de igual maneira. Esta técnica ainda hoje é possível de colocar em prática nos países onde o terreno não é um bem limitado, como sucede em muitos países em desenvolvimento.

Mas o aumento da produção agrícola, tão desejado nestes casos, pode conseguir-se ou à custa do crescimento da área cultivada ou do aumento do rendimento unitário.

Praticando o tipo de agricultura acima referido, não é fácil aumentar a área que cada agricultor cultiva porque os instrumentos que ele utiliza são normalmente rudimentares, ou pouco mais do que isso, e o esforço físico humano tem limites.

O aumento da produção à custa do acréscimo nas produções unitárias exige utilização de variedades melhoradas, de pesticidas e a incorporação de doses apreciáveis de fertilizantes. Ora os países, pelas políticas que seguem, não dão, na maior parte dos casos, prioridade a este tipo de investimentos perante uma escassa disponibilidade de divisas, e não dispendo de adubos e de pesticidas não é possível tirar todo o partido do potencial das plantas melhoradas. Apesar de tudo não se pode minimizar o esforço que já foi realizado porquanto entre 1948 e 1984 o rendimento médio em cereais duplicou nestes países, e aquele que se conseguiu neste último ano é superior à média dos países industrializados em 1948 ⁽¹⁵⁾.

Mas como a procura de alimentos é uma necessidade prioritária, as populações encontram-se muitas vezes na necessidade, quando a desejam garantir, de procurar terrenos com um maior fundo de fertilidade que compense a escassez ou falta de adubos. Então a floresta é devastada, a mártir da procura de alimentos, a vítima de uma destruição desordenada, e a ecologia agredida. Por este processo o património florestal é gravemente afectado, a erosão deixa as suas poderosas marcas, os terrenos das encostas tornam-se improdutos e rasgados de ravinas, os cursos de água sofrem assoreamentos e saem dos leitos, os terrenos marginais tornam-se improdutos.

Esta destruição toma o aspecto de autêntica calamidade mundial que a curto prazo alimenta os homens mas compromete o seu futuro. O ritmo diabólico de destruição que se situa actualmente em 40 hectares por minuto é preocupante, e se não for interrompido a curto prazo provocará modificações na ecologia mundial cuja extensão ainda não é possível calcular.

No quadro 16 pode apreciar-se o volume de destruição de terrenos a que se assistirá até ao fim do século se atempadamente não forem tomadas medidas correctivas.

O exemplo da Abissínia é bem evidente. Na década de cinquenta a área florestada deste país atingia cerca de 16 por cento mas hoje esse valor não ultrapassa 3 a 4 por cento. Associada a esta destruição deu-se a inevitável redução da capacidade de produzir alimentos.

É por isto que a nossa posição em relação à auto-suficiência é de um optimismo moderado porquanto a garantia do aumento da produção de alimentos está condicionada a uma protecção cabal dos actuais recursos mundiais de terrenos.

Mas sem aumentar a área cultivada nem as produções unitárias, e sem mesmo ter em conta a evolução técnica cujos resultados são bem evidentes, está hoje demonstrado que existem ainda numerosas potencialidades se soubermos valorizar melhor os recursos disponíveis.

A esta matéria já nos referimos com mais pormenor em trabalho anterior (3).

QUADRO 16

PERDAS DE SOLO PELA EROSAO

1975 - 2000

(Milhões de hectares)

	<i>Perda</i>	<i>Terra restante</i>	<i>% Perda</i>
América do Sul	112	1 029	9,8
África	203	1 027	16,5
Ásia do Sudoeste	13	51	20,0
Ásia do Sueste	176	319	35,6
América Central	40	95	29,6

FONTE: «Terres Vivres et Population», FAO, 1984.

Convém, em termos de síntese, lembrar que uma utilização mais racional dos produtos, subprodutos e resíduos que já existem e que se queimam, se deixam apodrecer ou poluem os cursos de água, constitui uma fonte importante de mais alimentos e às vezes de melhores alimentos. Tenha-se ainda em conta que as dificuldades da colheita, armazenamento, transporte e combate a pragas e doenças das culturas causam perdas de produtos que se calculam em cerca de 40 por cento do total nos países do Terceiro Mundo, pela tecnologia pouco desenvolvida que praticam.

A modificação da filosofia na criação de gado e na produção pecuária procurando incluir na sua alimentação outros produtos como a ureia como fonte azotada, provocaria um considerável reforço na disponibilidade de

alimentos para os seres humanos que cada vez devem basear mais a sua alimentação em produtos vegetais, de acordo com as regras que os nutricionistas defendem.

Sobre esta matéria são bem conhecidos os estudos da UNEP que concluem que da proteína ingerida pelos animais apenas cerca de 33 por cento é devolvida no leite, e nos bovinos produtores de carne esta percentagem não vai além de 5 por cento (3).

A melhor exploração dos recursos aquáticos, marítimos ou outros, a difusão de novas técnicas como, por exemplo, a multiplicação de microrganismos ou a aplicação prática de conhecimentos no campo da biotecnologia, traria um apreciável reforço dos alimentos disponíveis.

A correcção dos erros alimentares, através duma pedagogia apropriada, nomeadamente a crença de que «comer muito é comer bem», a redução da quantidade de carne e de outros concentrados proteicos de origem animal na dieta, poderiam contribuir para a melhoria do estado sanitário das populações, economia no esquema de prevenção e cura de doenças e para aumentar, de uma forma bem visível, a disponibilidade global de alimentos.

Porque as grandes carências alimentares se verificam nos países em desenvolvimento, a maior parte dos quais situados na zona tropical, sempre se tem defendido que o aumento da sua produção agrícola se considera como prioridade das prioridades. Para se conseguir este objectivo torna-se necessário haver um apoio exterior em técnicos e em capitais que ajudem a tirar todo o partido dos recursos existentes. O mundo desenvolvido, no geral, tem consciência da responsabilidade que tem nestas ajudas, mas elas têm ainda que ser reforçadas nos próximos anos.

A dependência crescente dos países em desenvolvimento do estrangeiro sobrecarrega as finanças públicas, compromete os programas de investimento e coloca aqueles países progressivamente à mercê de interesses exteriores (13).

Mas não se trata apenas e só de produzir. A este objectivo tem de associar-se uma política adequada da comercialização dos produtos. O chamado «proteccionismo», de que todos se queixam e quase todos praticam, envenena as relações internacionais e causa situações de grande tensão nalgumas zonas. As quotas, os mercados preferenciais ou exclusivos, as ajudas aos produtores, à exportação, as barreiras alfandegárias, a fixação de preços irrealistas, nomeadamente para os produtos exportados pelos países em desenvolvimento, constituem obstáculos importantes ao desenvolvimento.

2.7 PRIORIDADES OU EXCLUSIVIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Até à década de oitenta, perante uma situação de penúria grave de alimentos que nos anos imediatamente anteriores se verificava na generalidade do mundo em desenvolvimento e não sendo ainda bem delineáveis os exedentes alimentares nos países ricos, criou-se e difundiu-se o princípio de que se deveriam mobilizar todos os recursos para a produção de alimentos. Alguma coisa se conseguiu nesta matéria, é certo, mas as economias de alguns países em desenvolvimento foram fortemente afectadas pela redução das exportações de produtos agrícolas que os países ricos não estão em condições de produzir.

A situação internacional é hoje bem diferente. Como se viu, existem volumes consideráveis de excedentes de produtos básicos nos países ricos. Estes seriam suficientes para garantir a alimentação de todos os seres humanos, e havendo necessidade de esgotá-los, é no Terceiro Mundo que se poderá procurar um mercado potencial.

Da «exclusividade» da produção alimentar passou a defender-se cautelosamente, a «prioridade» da produção alimentar.

Em nosso entender a situação é mais realista e enquadra-se melhor nos objectivos do desenvolvimento mais acelerado que se deseja ver instalado nos chamados «países pobres». Com efeito, se no conjunto das actividades agrícolas for dado um lugar apropriado às culturas de exportação, torna-se possível que alguns dos países em desenvolvimento superem, ou superem mais depressa, a situação de atraso económico em que se situam. É evidente que o esforço, por vezes bem duro, tem de ser compreendido e, por isso, ajudado pelos países seus clientes que tantas vezes ditam preços, qualidades e características, e podem, com artifícios legais, receber ou afastar do mercado muitos produtos que o Terceiro Mundo está em condições de lhes fornecer.

É por isso que bem pode concluir-se que o desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo só poderá fazer-se se o mundo desenvolvido os ajudar não apenas e só a aumentar a sua produção agrícola mas também em todos os esquemas complementares, nomeadamente os ligados à comercialização. Basta pensar, no que se refere aos produtos agrícolas tropicais, que se os seus preços continuarem a depreciar-se relativamente aos bens que os países dessas zonas têm de importar dos países ricos, dificilmente eles poderão ultrapassar as dificuldades graves em que se encontram.

O desenvolvimento agrícola está muito dependente das flutuações brutais dos preços dos produtos de base que constituem para numerosos países em desenvolvimento a principal fonte de divisas, e por isso tem de haver uma preocupação muito grande em as atenuar ou eliminar ⁽¹⁾.

2.8 A SITUAÇÃO DOS PAÍSES COM EXCEDENTES

A situação de alguns países desenvolvidos relativamente à produção agrícola, e nomeadamente em relação à produção alimentar, é sensivelmente diferente da dos países em desenvolvimento.

Em muitos deles existem grandes ou apreciáveis excedentes de alimentos básicos e não falta quem critique, às vezes sem fundamentos consistentes, que se utilizem vultuosas importâncias em subsídios aos agricultores para acumular «stocks» e depois se gastem somas fabulosas para os conservar ou para os vender no mercado internacional, fortemente subsidiados.

Já noutra altura abordei este problema com algum pormenor e chamei a atenção para as tensões que por vezes se estabelecem entre países produtores quando estão em causa drenagens dos seus excedentes. Tenham-se presentes as negociações, por vezes bem complexas, que se vêm realizando entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Económica Europeia, onde estão normalmente em jogos os cereais, as oleaginosas, alguns produtos agrícolas transformados, principalmente os vinhos e os derivados do leite.

Perante esta situação não faltam defensores duma profunda revisão da política e da política agrícola destes países excedentários de produtos. Como se sobe, os excedentes são tão «preocupantemente» volumosos que alguns dos países mais atingidos já colocaram em prática, e outros estão em vias de o fazer, sistemas de subsídios aos agricultores para reduzirem as áreas de cultura durante um número determinado de anos e para certas culturas excedentárias. Por exemplo, os Estados Unidos da América já reduziram a sua área de cultura de cereais em cerca de 20 por cento e a Comunidade Económica Europeia terá de proceder de idêntica forma, salvaguardando naturalmente a posição dos países membros, como é tipicamente o caso de Portugal, que ainda não conseguiram satisfazer as suas necessidades internas e que, por isso, terão de ser aconselhados e ajudados a seguir uma política diferente.

2.9 A PRODUÇÃO COM BAIXOS CONSUMOS DE ENERGIA

A existência de excedentes faz levantar outros problemas importantes sobretudo ao nível dos consumos nacionais de energia.

Como se sabe, a produção de adubos, máquinas agrícolas, pesticidas e outros produtos gastam quantidades vultosas de energia fóssil cuja aquisição envolve vultosas quantias que podem arrastar problemas de divisas.

Em muitos países, embora sem total adesão, tendo em conta os interesses envolvidos, estuda-se a aplicação de sistemas agrícolas em que seja possível produzir economicamente com baixos custos de energia aplicada. Não parece muito razoável endividar o país com a compra de petróleo e voltar a endividá-lo ao conservar os excedentes ou em subsidiar as exportações.

Hoje em dia começa a colocar-se em dúvida se a transformação da energia de uma tonelada de petróleo na energia de uma tonelada de óleo ou cereal é racional, como se a agricultura se limitasse a transformar a energia sem nada acrescentar e tornando-a assim ruínoza.

O assunto ainda está em aplicação limitada mas não nos parece despropositado chamar desde já a atenção para ele na medida em que, representando uma modificação sensível nos conceitos que têm vindo a ser seguidos, exigirá uma ponderada e atempada análise.

3. A POSIÇÃO DOS PAÍSES DO «MEIO DA TABELA»

Um outro aspecto importante diz respeito aos países que, como o nosso, não têm sido capazes de garantir a sua auto-suficiência alimentar e que integrados em espaços mais vastos, onde matematicamente existem excedentes em relação a algumas das culturas básicas, haverá que ter isso em conta na definição, tanto quanto a margem de manobra o permita, da política agrícola nacional, e tendo em conta os princípios gerais que aceitámos na altura da nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Revela-se hoje extremamente difícil desenvolver em Portugal uma política cerealífera desligada das realidades da Comunidade porquanto as nossas possibilidades de competir nesta área — e salvo pontualmente o caso do arroz — são extremamente reduzidas, tendo até em conta as nossas características ecológicas.

Em contrapartida estamos, sem dúvida, em melhores condições de disputarmos situações de predominância noutras áreas onde prioritariamente, em nosso entender, se devem expandir as nossas capacidades e concentrar os nossos esforços.

A palavra de ordem é algumas vezes a prioridade que deve dar-se às culturas em que podemos ser competitivos e abandonar as outras com as quais não teremos possibilidade de sobreviver sob o ponto de vista económico, e com as divisas conseguidas com as primeiras, através da exportação, abastecer-se-á o mercado nacional com o que nos falta das segundas.

Em nossa opinião esta grave questão não pode ser avaliada em termos tão simplistas porque não estão em jogo apenas relações contabilísticas do Deve e do Haver mas conceitos mais profundos e mais fundamentais que tocam com conceitos de independência nacional que, também nos alimentos se torna necessária.

A existência de um fundo de produção de alimentos básicos, quase a qualquer preço, tem de figurar em qualquer esquema de programação e produção e mesmo que isso custe sacrifícios à Comunidade — e existem tantas áreas em que estes princípios são indiscutíveis — isso pode ser a garantia de uma segurança alimentar que desjamos assegurar e um bem-estar social que temos de garantir.

Como bem dizia recentemente o Papa João Paulo II «é preciso adoptar disposições que tenham em conta por um lado o preço justo a pagar aos produtores e por outro a capacidade dos países mais pobres para pagarem as mercadorias de que têm urgene necessidade».

Não se trata propriamente de quadratura do círculo se nos convençermos de que no centro de tudo está o homem. A economia não existe para o esmagar mas para o tornar mais livres e mais feliz.

José E. Mendes Ferrão

Presidente da Comissão nacional da FAO

4. BIBLIOGRAFIA

- (1) FAO — «Terres Vivres et Population». Rome, 1984.
- (2) Ferrão, J. E. M. — «A situação alimentar em África. Alguns pontos de Meditação». Rev. Estud. Econ. 1986. — 6 (3): 259-278
- (3) Ferrão, J. E. M. — Subprodutos e resíduos da produção agrícola. Uma abordagem ao seu aproveitamento». Estudos n.º 11. Apon. Tropical — I. S. Agronomia 1982.
- (4) Ferrão, J. E. M. — «O problema alimentar mundial». 1983 — FAO. Lisboa.
- (5) Ferrão, J. E. M. — «A fome no mundo. Um problema de gestão de recursos e distribuição de meios». 1984 — FAO. Lisboa.
- (6) Ferrão, J. E. M. — «Prioridade na produção de alimentos». 1984 — FAO. Lisboa.
- (7) Ferrão, J. E. M. — «A alimentação e a população. A pressão sobre os recursos genéticos». 1985 — FAO. Lisboa.
- (8) Ferrão, J. E. M. — «O problema alimentar mundial. Das carências de uns aos excedentes de outros». 1986 — FAO. Lisboa.
- (9) Ferrão, J. E. M. — «Uma medida para a fome e malnutrição. A guerra dos cereais entre os países excedentários». 1987 — FAO. Lisboa.
- (10) Mayer, M. — «15.ª Conférence Mc Dougall». Rome — FAO — 9Nov. 1987.
- (11) Mitterrand, F. — «Allocution à l'occasion du 40.ème anniversaire de la FAO. Rome — 14 Nov. 1985.
- (12) Perez, A. G. — 14.ª Conférence Mc Dougall. Rome — FAO — 11 Nov. 1985.
- (13) Saouma, E. — «Déclaration à la 22.ª Session de la Conférence de la FAO». Rome — 5-24 Nov. 1983.
- (14) Saouma, E. «Déclaratiton à l'occasion de la Comemmoration du 40.ème anniversaire de la FAO.» Rome — 14Nov. 1985.
- (15) Saouma, E. — «Déclaration du Director Général à la 23.ª Conférence de la FAO». Rome — 9-28Nov. 1985.
- (16) Saouma, E. — «Déclaration à la 91.ª Session du Conseil de la FAO». Rome — 15 Juin 1987.
- (17) World Food Programme — «Aide Alimentaire». Politiques et programmes. Rome — Mai 1987.